

## RESENHA: “NOVOS CENÁRIOS POLÍTICOS PARA A INFORMAÇÃO”<sup>1</sup>

Email:  
[tamires.neves@ufba.br](mailto:tamires.neves@ufba.br)

Tamires Neves Conceição

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.31, n.1, p.27-40, 2002.

O artigo “Novos cenários políticos para a informação”, produzido pela pesquisadora Maria Nélide González de Gómez, aborda o contexto da Ciência da Informação na realidade da sociedade de informação, das políticas de informação e suas correlações com a *web*, com a institucionalização da informação e o papel do Estado nesse contexto globalizado.

A autora é doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), mestre em Ciência da Informação pela mesma universidade, em Convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em 1982, graduada em Filosofia pela Universidad Nacional del Litoral, hoje Universidad Nacional de Rosario, Argentina. Pesquisadora Titular aposentada do IBICT desde junho de 2010. Atua como docente em um programa de Pós-graduação em Ciência da Informação e tem pesquisa vinculada a informação e documentação e as questões sociais, culturais, políticas e econômicas que envolvem o fluxo informacional (CNPQ, 2018).

O artigo retrata a correlação das políticas de informação com as políticas de ciência e tecnologias, que emergiram no pós-guerra, representando o domínio do Estado sob os sujeitos que passaram a ser controlados e direcionados a consumir informações de forma superficial e instantânea. A autora divide o artigo em cinco partes, iniciando com o aspecto sobre “Política e Informação: domínio de vigência da relação”; depois contextualiza com “da política nacional de informação aos novos enunciados da infraestrutura de informação e da sociedade da informação”; também aborda “o domínio organizacional da internet: paradoxos e desafios”; e continua a discussão com a seção sobre “das políticas públicas às micropolíticas”; e finaliza o artigo com “Governo eletrônico e Governança informacional”.

---

<sup>1</sup> Resenha apresentada na disciplina Políticas e Tecnologias da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, ministrada pela Profa. Dra. Isa Maria Freire em julho de 2018.

As políticas de informação propiciam o surgimento de um capital informacional que ofertam ao Estado uma posição de poder. Esse poder é compartilhado com outros atores que controlam o conhecimento tecnológico e científico na atual sociedade, como as empresas privadas, por exemplo, que vivem a base do sistema capitalista.

Destaca-se o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação (TIC), abordando as concepções de Castells (1999), Porat (1977), Latour (2000), Zurkowski (1984), dentre outros teóricos. A autora relata o surgimento dos termos “sociedade da informação” e “infraestrutura de informação”, onde ambos retratam uma geração e transmissão de valor, pois a informação passa a ter uma representação simbólica bastante relevante, sendo vendida, causando mudanças de comportamentos, sem ao menos ser constatada sua veracidade.

A ausência de competência em informação dos usuários permite que as “*Fake News*” se propaguem e apresentem um novo desafio para os profissionais da informação que têm encontrado diversos obstáculos para conseguir organizar e representar esse amplo fluxo informacional, com objetivo de disseminar informações verídicas que propiciem ao sujeito da informação uma consciência crítica dos fatos.

Os ambientes da *web* são locais de dominação e formação de comportamentos convenientes para a atuação de regimes de poder do Estado que disciplinam o sujeito e direcionam as informações que devem chegar ao acesso do público. Há presença de domínios econômicos e tecnológicos que segundo a autora estabelecem micropolíticas onde as empresas privadas que comandam o que é divulgado e disseminado, personalizam as informações que devem chegar aos usuários, mediante a cadastros feitos na *web* com objetivos mercadológicos e não sociais.

Esse mercado privado das empresas que oferecem serviços de informação tem como meta obter retorno financeiro e controle sobre as informações pessoais dos sujeitos que se cadastram nesses ambientes para utilizar os serviços. Ocorre em muitos casos uma invasão de privacidade do usuário para fins de consumo e não para possibilitar as informações que seriam necessárias para o desenvolvimento social do sujeito.

González de Gómez aborda a presença de regimes de informação que “[...] designaria um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais [...]” (GONZÁLEZ DE

GOMÉZ, p. 34, 2002). A autora continua dizendo que um “[...] regime de informação constituiria, logo, um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios [...]” (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, p. 34, 2002).

Essa definição da autora remete a estrutura da atual sociedade que disciplina o sujeito e o direciona, na maioria das vezes, a ações e reações automáticas, devido ao amplo fluxo informacional a que tem acesso, o deixando sempre ansioso por adquirir mais informação, sem perceber que não consegue processar e nem transformar em conhecimento a maioria das informações acessadas. A competência em informação propicia ao sujeito essa possibilidade de criar filtros e de orientar seu acesso a informações que lhe proporcionem um retorno crítico e discernimento social, político, econômico e cultural.

A autora finaliza o artigo trazendo as perspectivas sobre governo eletrônico e governança informacional, quando retrata que o Estado age muito mais por aspectos quantitativos do que qualitativos. A informação necessita de um contexto para ser compreendida pelo indivíduo, pois os aspectos culturais que formam a identidade do homem configuram suas possíveis interpretações das informações recebidas. Por isso, os profissionais da informação devem se preocupar com a finalidade, impacto e dimensão social dos serviços de informação prestados aos usuários, ou seja, buscando auxiliar o desenvolvimento dos aspectos qualitativos e não quantitativos como a lógica de um Estado capitalista faz.

A quantidade de informações disponibilizadas aos usuários, por meio das TIC, não significa que os mesmos estão compreendendo a sua realidade e formando uma consciência crítica a respeito do conteúdo que tem acesso e sim que muitos indivíduos se tornaram analfabetos digitais e funcionais, onde tem acesso às informações, mas não as compreende, não conseguem processar o fluxo informacional estabelecido. O Estado capitalista sustenta o crescimento de analfabetos digitais e funcionais, garantindo assim o poder disciplinar sob o controle de uma minoria.

A Ciência da Informação deve possibilitar o acesso à informação de acordo com o usuário, correspondente ao seu nível de conhecimento e interesse. “O reconhecimento da realidade social do usuário é a principal sustentação para a aplicação da representação dos significados da informação” (BARROS, CAFÉ e SILVA, 2011, p. 476). É preciso adequar à

informação de forma que ela se torne acessível e compreensível para o usuário, sem constar apenas como um volume de conteúdos, sem possibilidade de aprendizado. É preciso sair da dimensão técnica e partir, com auxílio da Ciência da Informação, para uma realidade que impulse diálogos críticos e participações efetivas do cidadão.

A realidade relatada por González de Gómez demonstra o amplo e complexo universo da informação, inclusive na sociedade atual movida pelas TIC que propiciam uma nova realidade para os usuários da informação e para os profissionais da informação que possuem um novo desafio, em conviver com essa contínua explosão informacional, movida por leis de mercado que vão de encontro com os ideais sociais da Ciência da Informação.

## *REFERÊNCIAS*

BARROS, Camila de Monteiro; CAFÉ, Lídia Maria Arruda; SILVA, Lucia Edna. Mediação do conhecimento para o acesso à informação: reflexão baseada em uma perspectiva sociológica da ciência da informação. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 40 n 3, p. 468-477, set/dez. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1302>>. Acesso em: 28 set. 2018.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da Ciência da Informação. In: FUJITA, Mariangela S.L; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda L.G. de. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. Marília: Fundepe, 2008. P-19-34.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.31, n.1, p.27-40, 2002.

CNPQ - Plataforma Lattes. **Maria Nélide González de Gómez**. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783298D3>>. Acesso em: 26 de ago. 2018.